



Secretaria de Inspeção do Trabalho
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

GRUPO DE TRABALHO TRIPARTITE do ANEXO IV DA NR-16 (Energia Elétrica)

MEMÓRIA DA 1ª REUNIÃO

Local: **Sala do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS**

Datas: **30 e 31 de julho de 2013**

Participantes: **(Lista de Presença assinada)**

PRESENTES

GOVERNO:

Romulo Machado e Silva - DSST / SIT - E-mail: romulo.silva@mte.gov.br

Rodrigo Vieira Vaz - SRTE/SP - E-mail: rodrigo.vaz@mte.gov.br

Carla Lima de Souza Ishimura - SRTE/ES - E-mail: carla.lima@mte.gov.br

Márcio Rui Cantos - SRTE/RS - E-mail: marcio.cantos@mte.gov.br

Rodrigo Cauduro Roscani - FUNDACENTRO - E-mail: rodrigo.roscani@fundacentro.gov.br

Francisco Gerson - MPT - E-mail: gerson.marques@mpt.gov.br

TRABALHADORES:

Jeová Pereira de Oliveira - FNU / CUT - E-mail: jeova@stiudf.org.br / fnu.sp@terra.com.br

José Flávio Maia Uchoa - CUT - E-mail: uchoaflavio@bol.com.br / urbanitarios@fnucut.org.br

Washington Aparecido dos Santos (Maradona) - Força Sindical - E-mail: maradona@eletricitarios.org.br
/ secsaude@fsindical.org.br

José Manoel Teixeira - União Geral dos Trabalhadores - UGT - E-mail: teixeira@seesp.org.br

Gustavo da Silva da Rocha - FNU / CUT - E-mail: gustavo.rocha@ceee.com.br

EMPREGADORES:

Angelo Rostolato Soares - FIRJAN / CNI - E-mail: arsoares@firjan.org.br

Adriana Maria da Silva Alves - CNI - E-mail: adriananm@cemig.com.br

Eduardo de Freitas Vidal - CNI - E-mail: eduardo.vidal@cni.org.br

Luiz Carlos Miranda Júnior - CNI - E-mail: luiz_miranda_jr@hotmail.com

CONVIDADOS / ASSESSORES

TRABALHADORES:

Ana Lucia Murta - FNU / CUT - SINDIELETRO/MG - E-mail: saude@sindieletromg.org.br

João Clair Pereira Silveira - FNU / CUT - SENERGISUL/RS - E-mail: joaoclair@psilveira.com.br

EMPREGADORES:

Antônio Carlos Castellar - CHESF - E-mail: antonioc@chesf.gov.br

AUSENTES

Everson Alcântara Tardeli - Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST - E-mail: everson@sindsul.org.br
/ secretaria@ncst.org.br

ASSUNTOS TRATADOS:

1. O Rômulo iniciou a reunião e passou a palavra para breve apresentação de todos os integrantes da mesa.
2. Ficou definido que o **Sr. Luiz Carlos Miranda Júnior** será o coordenador da Bancada Patronal e o **Sr. Eduardo de Freitas Vidal** será o substituto do coordenador da bancada Patronal; que o **Sr. José Manoel Teixeira** será o coordenador da bancada dos trabalhadores e o **Sr. Jeová Pereira de Oliveira** será o substituto do coordenador da bancada dos trabalhadores. O **Sr. Rodrigo Vieira Vaz** será o coordenador da Bancada do Governo e coordenará o Grupo.
3. Foram expostas as etapas da elaboração de normas regulamentadoras, segundo Portaria n.º 1.127, de 02/10/2003 e às atividades previstas nesta etapa (reunião do GTT).
4. Aberta a palavra para as bancadas. A bancada dos trabalhadores ressaltou o impacto negativo do texto técnico básico proposto pelo grupo de trabalho, em virtude do que já vinha sendo praticado pelo Setor Elétrico de Potência (SEP) com a aplicação da Lei n.º 7.369 de 20 de setembro de 1985, que instituiu o salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, e do Decreto n.º 93.412, de 14 de Outubro de 1986, que regulamentou a Lei No 7.369. A bancada patronal ressaltou a consolidação e segurança jurídica do que já vinha sendo praticado pelo SEP com a aplicação da Lei n.º 7.369 e do Decreto n.º 93.412 e ficou surpresa com a alteração normativa da Lei n.º 12.740 de 08/12/12, que revogou a Lei n.º 7.369. A bancada do governo informou que com o advento da Lei n.º 12.740 de 08/12/12, alterando o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, devem ser redefinidos os critérios para caracterização das atividades ou operações perigosas com energia elétrica.
5. As bancadas patronal e dos trabalhadores reforçaram que gostariam de ter participado na construção do texto técnico básico que foi colocado em consulta pública pelo governo. A bancada de governo informa que diante da urgência de regulamentação do tema e atendendo a Portaria n.º 1.127, de 02/10/2003, constitui um grupo de trabalho, formado por Auditores Fiscais do Trabalho, para a construção do texto técnico básico.
6. A bancada do governo destacou as premissas técnicas que nortearam a construção do texto técnico básico: a) normalizar o agente de periculosidade energia elétrica em qualquer atividade econômica; b) manter as condições de prevenção e proteção da energia elétrica que estão estabelecidas pela NR-10 Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; c) que apenas a eliminação da energia elétrica resultante da atividade do empregado pode eximir a empresa do pagamento do adicional de periculosidade elétrica; d) que o pagamento do adicional de periculosidade elétrica não desobriga o empregador de promover as medidas de proteção ao trabalhador, destinadas à minimização ou mitigação do agente de periculosidade, nem autoriza o empregado a desatendê-las.
7. As bancadas patronal e dos trabalhadores deram seu parecer sobre o texto posto em consulta pública, sedo que, ambas as bancadas desejam a manutenção do quadro anexo ao Decreto n.º 93.412/86, ressaltando que já existe uma estabilidade no setor elétrico de potência quanto ao adicional de periculosidade desde a edição da Súmula n.º 364 do TST. Segundo as bancadas, o texto técnico básico gera uma situação de insegurança jurídica prejudicial ao trabalhador do setor elétrico de potência, por não haver critérios claros que norteiem a elaboração de laudos de periculosidade elétrica, dando margem a interpretações distintas para situações semelhantes por diferentes profissionais.

8. A bancada do governo ressaltou a importância de normalização do adicional de periculosidade elétrica em qualquer atividade econômica e não somente para algumas categorias, pois o artigo 193 da CLT em seu inciso I não faz qualquer diferenciação por atividades econômica, apenas insere no rol dos agentes de periculosidade a energia elétrica.
9. Mais uma vez foi abordado pelas bancadas patronal e dos trabalhadores ser necessário contemplar o SEP especificamente, em separado das demais atividades econômicas que envolvam risco elétrico, podendo ser no mesmo texto do anexo.
10. As bancadas patronal e dos trabalhadores fizeram uma reunião conjunta e solicitaram a bancada do governo: a) reposta ao documento de 09 de maio de 2013 (número do documento 46017.015516/2013-01) elaborado pela Comissão Permanente Nacional de Segurança em Energia Elétrica - CPNSEE, para que publique um texto proposto pela CPNSEE de uma portaria sobre a Norma Regulamentadora n.º 16 - Atividade e Operações Perigosas (NR-16), que regulamentaria o adicional de periculosidade elétrica; b) que considere que há um risco acentuado no SEP, e, portanto, por entendimento das bancadas, a base de atividades para reconhecimento da periculosidade são as do SEP, considerando as interferências externas, as peculiaridades da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, as demandas dos consumidores de energia elétrica e da agência reguladora, por fim, para que não ocorra prejuízo há uma condição já estabelecida pela lei anterior.
11. A bancada de governo está preparando um levantamento das ocupações típicas que envolvem eletricidade (como por exemplo: Técnico de Subestação; Eletricista de instalações; Eletricista de manutenção eletroeletrônica, Técnico eletrônico; Engenheiro Eletricistas, Instalador de linhas elétricas de alta baixa tensão (rede aérea e subterrânea), Técnico de manutenção eletrônica, Eletricista de instalações (edifícios), Eletricista manutenção de linhas elétricas, telefonia e de comunicação de dados, entre outros e suas respectivas atividades econômicas com base nos dados da RAIS de 2012.)
12. As bancadas patronal e dos trabalhadores ressaltam que as súmulas n.º 361 e 364 do TST continuam vigentes, bem como outras sumulas do TST que normatizam a questão.
13. Ficou acordado entre todas as bancadas o seguinte cronograma de reunião: 28 (das 9h00 às 17h00) e 29 (até as 12h00) de agosto de 2013; 25 e 26 de setembro de 2013 (das 09h00 às 17h00), ambas as reuniões serão realizadas em São Paulo, na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo, na Rua Martins Fontes n.º 109 - 9º andar - Auditório - Centro - São Paulo / SP.
14. Até o dia 09 de agosto de 2013 as bancadas deverão consolidar os nomes dos seus representantes para que o Governo possa formalizar a constituição do Grupo de Trabalho Tripartite mediante Portaria.

A reunião foi encerrada no dia 31 de julho de 2013